



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. GERALDO RESENDE)

Proíbe a utilização da substância polimetilmetacrilato (PMMA) em procedimentos estéticos, e estabelece restrições de uso para outras indicações clínicas.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei proíbe a utilização da substância polimetilmetacrilato (PMMA) em procedimentos estéticos, e estabelece restrições de uso para outras indicações clínicas.

**Art. 2º** Fica proibido o uso do PMMA em procedimentos estéticos.

**Art. 3º** A utilização do PMMA fica restrita aos médicos devidamente habilitados, conforme regulamentação estabelecida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

**Art. 4º** A comercialização do PMMA será sujeita a registro pelos fornecedores e adquirentes em sistema próprio, garantindo rastreabilidade e controle da substância.

**Art. 5º** O descumprimento do disposto nesta Lei configura infração à legislação sanitária federal, aplicando-se as disposições previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.





## JUSTIFICAÇÃO

O polimetilmetacrilato (PMMA) é uma substância utilizada como preenchedor injetável em procedimentos estéticos e, embora tenha aplicações válidas em outras áreas médicas, seu uso indiscriminado e inadequado para fins estéticos tem gerado crescente preocupação na comunidade médica e na sociedade em geral. Desde sua introdução, diversas instituições de saúde, incluindo a Sociedade Brasileira de Dermatologia e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, têm manifestado receios quanto à segurança do PMMA, especialmente em procedimentos realizados fora das recomendações técnicas.

O Conselho Federal de Medicina (CFM), em reunião recente com a Anvisa, formalizou o pedido de proibição da substância, fundamentando sua posição em evidências científicas e relatos de complicações severas em pacientes submetidos a procedimentos estéticos com o uso do PMMA. As complicações incluem desde reações inflamatórias e formação de granulomas até lesões renais e, em casos extremos, óbitos. A persistência do uso do PMMA no Brasil, particularmente para preenchimento de grandes volumes e na região glútea, posiciona o país em uma situação isolada frente ao cenário internacional, onde o uso estético do produto já foi descontinuado ou severamente restringido.

O problema se agrava pelo uso do PMMA por profissionais sem treinamento adequado e pela ausência de uma regulamentação mais rígida que limite seu uso exclusivamente a pequenas doses e para fins reparadores, como já recomendado anteriormente pelo CFM. Além disso, há um claro descompasso entre o uso indicado na bula do produto e as práticas observadas no mercado estético, onde se tem registrado a aplicação de grandes volumes e em regiões corporais não autorizadas.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Geraldo Resende - PSDB/MS**

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma ação enérgica do poder público para mitigar os riscos associados ao uso do PMMA. A imposição de severas restrições quanto à sua comercialização e uso em procedimentos estéticos, representaria uma medida de grande relevância para a saúde pública. Alternativas mais seguras e eficazes, como o ácido hialurônico e outras substâncias amplamente aceitas na prática médica, já estão disponíveis e oferecem um perfil de segurança muito superior ao do PMMA.

Nesse contexto, apresentamos este projeto de lei, que pretende proibir a utilização desta substância em procedimentos estéticos, e restringir seu uso em outras indicações. Ademais, a proposição cria mecanismos de rastreabilidade deste produto, para fiscalizar sua comercialização.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado GERALDO RESENDE

